

OS DISCURSOS PRODUZIDOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ENTRE OS ANOS DE 1944 E 1965

THE DISCOURSES PRODUCED ABOUT THE ORGANIZATION OF EDUCATIONAL STATISTICS IN THE REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS BETWEEN 1944 AND 1965

Nara Lidiana Silva Dias Carlos¹

Rafael Duarte Falcão²

Rosilda da Silva Feliciano³

Olivia Morais de Medeiros Neta⁴

RESUMO: As estatísticas educacionais são elementos importantes para a organização dos sistemas escolares no Brasil e tendo em vista essa relevância, o presente trabalho tem como objetivo compreender as narrativas e discursos sobre a organização das estatísticas educacionais na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) para o âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Acerca da questão de pesquisa indagamos: quais são as narrativas/discursos sobre as estatísticas educacionais na RBEP para o MEC/INEP? Ou ainda, como a revista apresentava os elementos organizacionais para a Estatística da Educação no âmbito do INEP? Esta pesquisa é de revisão bibliográfica e análise documental, tendo a RBEP como fonte primária. A metodologia de análise aplicada no processo de mapeamento dos documentos a serem manuseados neste estudo ocorreu no site da revista citada usando como descritor a palavra *estatística*, sem as aspas. Resultados parciais indicam a existência de dez documentos entre artigos e legislações que tratam sobre a temática da organização das estatísticas no espaço do MEC/INEP dos anos de 1944 a 1965. Concluímos também que ao ser criado o Convênio Interestadual de Estatísticas Educacionais em 1931 e o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), responsável pelas estatísticas da educação em todo o país no Ministério da Educação e Saúde em 1937, evidencia-se a importância da temática para a organização do ensino, bem como para melhor conhecer as nuances e especificidades de cada local.

560

Palavras-chaves: Estatísticas educacionais. Impressos pedagógicos. História da Educação.

¹ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5359-7208>. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora na área de Fundamentos e políticas da educação na Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisadora da área de história da educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3621958893761776> E-mail: naralid@yahoo.com.br.

²Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Literatura e Gênero - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2344309691147809. E-mail: javier1936.rf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0284-7865>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0510250352314238>.

³ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1362-5790>. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3151658187349920>. E-mail: rosildafeliciano123@gmail.com.

⁴ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Pesquisadora da área de história da educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7542482401254815>. E-mail: olivianeta@gmail.com.

ABSTRACT: Educational statistics are an important element for the organisation of school systems in Brazil and, in view of this relevance, the present work aims at understanding the narratives and discourses on the organisation of educational statistics in the *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) for the Ministry of Education (MEC) and the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). About the research question we ask ourselves: What are the narratives/discourses about educational statistics in RBEP for MEC/INEP? Or even, how did the journal present the organizational elements for Education Statistics within INEP? This research is a bibliographic review and document analysis, having RBEP as its primary source. The analysis methodology applied in the process of mapping the documents to be handled in this study occurred on the website of the journal cited using as a descriptor the word "statistics", without the inverted commas. Partial results indicate the existence of ten documents among articles and legislation that deal with the theme of the organization of statistics at MEC/INEP from 1944 to 1965. We also conclude that the creation of the Interstate Convention of Educational Statistics in 1931 and the Education and Culture Statistics Service (SEEC) responsible for the education statistics throughout the country in the Ministry of Education and Health in 1937 highlights the importance of the theme for the organization of education, as well as to better understand the nuances and specificities of each location.

Keywords: Educational statistics. Educational printed matter. History of Education.

INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) foi criado pelo Decreto-Lei n. 580, de 30 de julho de 1938, tendo como atribuições conforme disposto no Art. 2º “divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas” (BRASIL, 1938).

Indo ao encontro dessa atribuição, em 1944, foi criada a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), como um órgão do INEP para a divulgação da produção intelectual brasileira sobre a educação. No editorial inaugural da RBEP, destacou-se seu propósito de “contribuir para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria educacional” (RBEP, 1944, p. 6).

A RBEP, atualmente, é um dos periódicos mais importantes do país na área de educação, está classificada no estrato A do Qualis-Periódicos. Na avaliação do triênio 2013-2016 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a RBEP passou a ter qualificação A1 na área Ensino e A2 em Educação.

As estatísticas educacionais são elementos importantes para a organização dos sistemas escolares no Brasil e, tendo em vista essa relevância, o presente trabalho tem como objetivo compreender as narrativas e os discursos sobre a organização das estatísticas educacionais existentes na RBEP para o âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No que concerne à estatística, partimos do pressuposto, conforme explica Jean-Louis Besson (1995), que elas não podem ser tratadas como realidade ou como verdadeiras ou falsas,

devendo ser percebida como um conhecimento relativo, logo, é possível entender que seus dados não são neutros. Segundo Desrosières (1995, p. 169, grifo do autor) “[os] usuários das estatísticas se apoiam nelas para definirem construções mais amplas, tanto para gerirem o mundo social, tomarem decisões, repartirem os recursos e ajustá-los aos fins, como para argumentarem no quadro de um debate”.

Neste sentido, de acordo com os estudos de Carlos, Cavalcante e Medeiros Neta (2020), compreendemos que os discursos produzidos sobre e acerca das estatísticas educacionais são construídos na intenção de criar e fortalecer uma realidade na qual as estatísticas são uma ferramenta que trazem uma realidade inquestionável sobre a educação brasileira e os seus índices, como será possível constatar ao longo deste trabalho.

Acerca da questão de pesquisa indagamo-nos: quais são as narrativas/discursos sobre as estatísticas educacionais na RBEP para o MEC/INEP? Ou ainda, como a revista apresentava os elementos organizacionais para a Estatística da Educação no âmbito do INEP?

Esta pesquisa é de revisão bibliográfica e análise documental, tendo a RBEP como fonte primária e o período de pesquisa foi determinado pelas edições disponíveis no site da revista desde a sua criação até o ano de 1965, quando a RBEP publicava o seu centésimo número e o Brasil vivia a Ditadura Civil Militar.

A metodologia de análise aplicada no processo de mapeamento dos documentos a serem manuseados neste estudo ocorreu no site da revista citada, usando como descritor a palavra *estatística*, sem as aspas.

O artigo encontra-se organizado em sua primeira parte com o resumo e a introdução; em seguida tratamos da metodologia; na terceira parte fazemos as análises das fontes e costuramos a relação entre estatísticas e sua relação com o MEC/INEP; por fim, estão as considerações finais e as referências bibliográficas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada com base no site do INEP, entre os meses de setembro e dezembro de 2021, tendo como fonte a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Neste momento, a seleção das revistas aconteceu por meio do dispositivo de busca do próprio site com o descritor *estatística*. Ao aparecerem as recorrências do descritor supracitado, fazíamos a leitura dos sumários e, *a posteriori*, dos textos, buscando dados relacionados às estatísticas educacionais. Dessa forma, foram selecionadas cinquenta revistas que abordam a temática estatística e educação.

Após essa seleção inicial com a barra de busca, fizemos a análise do sumário; ao constatar a presença da temática *estatísticas educacionais*, passamos à leitura dos artigos. Depois da leitura desta seleção, observamos a relação entre estatísticas educacionais e, especificamente, estatísticas do ensino médio; em seguida, fizemos pequenos resumos, detalhando o que continha em cada fonte analisada.

A fim de que pudéssemos organizá-los, construímos um quadro de catalogação no *word*, com os seguintes itens: título do artigo/seção, autor, ed./vol./n., ano, páginas e apreciações/resumo/observações. Após montarmos esse quadro, criamos categorias para essas fontes. A construção das categorias foi feita a partir da leitura dos resumos com ênfase nas respectivas temáticas de cada artigo; ao todo diagnosticamos onze categorias: usos políticos das estatísticas; administração/convênio; evasão/matricula/frequência; dados censitários; escrituração escolar; organização escolar; organização da educação; alfabetização; diálogos internacionais; estatísticas e financiamento e; avaliação.

Por fim, com base nesses dados, decidimos pesquisar a categoria *administração/convênio* para compreender como a revista apresentava os elementos organizacionais para a estatística da educação no âmbito do INEP entre as décadas de 1944 e 1965 e os discursos produzidos sobre as estatísticas educacionais.

A seleção de tais fontes possibilitou-nos a produção do Quadro 1:

Quadro 1 - Catalogação de artigos sobre o Eixo: Administração/Convênio na revista RBEP (1944-1965)

Título do artigo	Autor/Seção	Edição	Ano
A Educação, problema nacional	Lourenço Filho/ Ideias e Debates	Nº 1	1944
A coleta da estatística educacional	Germano Jardim/ Ideias e Debates	Nº 5	1944
Ao findar o ano	Editorial	Nº 6	1944
Igualdades de oportunidades	Editorial	Nº 22	1946
Estrutura Administrativa e Técnica da Educação	Lourenço Filho/ Ideias e Debates	Nº 47	1952
Decreto nº 38.661	Documentação	Nº 62	1956
O Ensino Médio no Brasil	Documentação	Nº 80	1960
Planejamento e Execução do Censo Escolar	Virgílio Gualberto/ Estudos e Debates	Nº 100	1965

Fonte: Elaborado pelos autores com base no acervo da RBEP.

O nosso critério de inclusão limitou-se a ser apenas artigos que abordavam a temática: *administração/convênio* da educação. Havia muitas notas que abordavam diferentes temáticas e que somente foram tomadas como informações adicionais, quando alicerçaram a compreensão da nossa temática. Aplicamos como critério de exclusão a ausência de vinculação à temática. Enfim, selecionamos o quantitativo de oito artigos para esta análise.

Esta categoria foi essencial para a coerência de nossas análises. Segundo Carlomagno e Rocha (2016), as categorias elencadas devem obedecer a regras claras de inclusão e exclusão entre si mesmas, ao passo que devem obedecer a critérios de exclusividade, de tal modo, mutuamente excludentes; enquanto que elas não devem atender ao caráter da heterogeneidade; tais categorias não podem ser muito amplas. As categorias de análise devem prestar-se a atender a todos os conteúdos possíveis objetivamente.

OS DISCURSOS PRODUZIDOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NA RBEP

O texto *A Educação, problema nacional* faz parte da primeira edição da revista, publicada em julho de 1944, encontra-se na seção *Ideias e Debates*. O artigo é da autoria de Lourenço Filho, tendo como objetivo o problema da educação nacional ou como o próprio autor coloca: auxiliar na caracterização de alguns de seus termos.

Encontra-se dividido em tópicos. No primeiro, aborda *O problema, nos seus termos mais amplos* o sentido da educação, nesta perspectiva, situa que a educação nacional assenta-se numa sociedade organizada e reguladora de valores. Essa educação serve ao Estado e à configuração política e social que este deseja imprimir em seu povo, gerando nele unidade.

No tópico *O problema, nos seus termos históricos*, reflete sobre o fato de o termo *educação nacional* não ser fecundo ao longo da construção do Estado brasileiro. Para demonstrar tal ocorrência, inicia falando sobre o período colonial, no qual a ideia de um espírito nacional não existia condições de constituir-se. Em seguida, o autor coloca que mesmo no império onde já se trabalhava em prol de uma unidade social do povo e mesmo que os elementos utilizados pela política viessem a fortalecer a ideia da nacionalidade era paradoxal a produção do trabalho servil e à política nas necessidades locais, não estimulando assim a consciência de um processo educativo de todo o povo. Ainda cita que o termo *educação nacional* não tinha sido empregado no final do século XIX, em 1878. Januário Cunha, cinquenta anos antes, falou em um sistema geral de instrução pública que não obteve eco. Expõe que Rui Barbosa ao final do século XIX, em seus projetos e pareceres, não citou a ideia de uma educação para a nação. Por fim, aponta que no

final dos anos quarenta, já na República, a consciência do problema de uma educação nacional figurava não existir.

No tópico três *O problema, nos termos políticos atuais*, Lourenço Filho destaca a importância da criação do Ministério da Educação e Saúde logo após a Revolução de 1930, como uma nova consciência do problema da educação nacional. Também exprime a importância do lançamento do Convênio Interestadual de Estatísticas Educacionais, no qual os resultados da opinião pública estavam sendo esclarecedores e profícuos, tanto para a década de 30 quanto para a de 40. Também cita a importância da Conferência Nacional de Educação, promovida em 1931, pela Associação Brasileira de Educação, que repercutiu na Constituinte de 1934, a qual estabeleceu a competência privativa da União para traçar as diretrizes da educação nacional.

No tópico *O problema, em termos de organização*, o autor aborda que é indissociável a vida social e a educação. Expõe que o problema da organização assentava-se em duas questões: a da estrutura geral do serviço e a do ensino. Do ponto de vista social, a educação deveria homogeneizar e diferenciar. A homogeneização deveria ocorrer na cultura e a diferenciação de acordo com as aptidões e tendências para as atividades produtivas, ou seja, o trabalho. Aborda o que deveria constar no ensino especial, devendo habilitar para as funções técnicas e intelectuais a depender da demanda do país. Faz uma discussão sobre a organização do ensino profissional e discute ainda o que deve ser competência da união, dos estados e municípios.

O tópico *O problema, em termos de quantidade*, traz vários dados acerca do ensino primário, o que na época era público e obrigatório, como número de escolas, a quantidade de professores e alunos matriculados, bem como comparações do crescimento da educação nacional entre 1932 e 1942. Cita ainda o Serviço de Estatística da Educação e Saúde e coloca o progresso que havia ocorrido nos anos anteriores por conta dos levantamentos estatísticos desse órgão. Por fim, demonstra dados estatísticos do ensino secundário e superior.

Nesta perspectiva, podemos constatar que Lourenço Filho constrói um discurso no sentido de enaltecer o Serviço de Estatística da Educação e Saúde, bem como a própria estatística, pois o autor para demonstrar o crescimento da rede de ensino nacional, traz números, percentuais, comparações conforme podemos observar:

[...] o progresso realizado nos últimos anos foi enorme, como os cuidadosos levantamentos estatísticos do Serviço de Estatística da Educação e Saúde nos permitem ver. Em 1932, contava o país com 27.662 escolas primárias, com 56.620 professores, e 2.071.437 alunos matriculados. Em 1942, o número de escolas primárias havia sido elevado para 43.975, com 85.577 professores e 3.340.952 alunos. (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 21).

É importante destacar como o discurso está construído neste fragmento do texto; ao analisarmos, não encontramos vestígios algum de que esses números poderiam conter inadequações ou serem cifras aproximadas da realidade. Como afirma Besson (1995), as informações produzidas respondem, em primeiro lugar, às demandas da administração para em seguida ser colocadas à disposição dos cidadãos. Este estudioso ainda explica que a fotografia das estatísticas funciona de forma estranha, como em fotos de famílias existem os que estão em primeiro plano, os que se escondem e os que desaparecem. Podemos inferir que o discurso produzido pelo autor, neste artigo, traz comparações que não demonstram o atraso em relação ao progresso, aumenta-se o número de escolas, de matrículas e de professores quando comparado os anos de 1932 e 1942. Mas, neste momento do texto, não fica explícito quantos estão fora da escola e o quanto o ensino nacional ainda precisaria crescer em termos quantitativos para alcançar a população em idade escolar.

No que concerne à produção do discurso, Foucault afirma que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

Podemos compreender que trazer como discurso as estatísticas educacionais na primeira edição da revista é imprescindível para a credibilidade que se queria construir para esse periódico, assim como para o desenvolvimento do ensino nacional.

No tópico *O problema, em termos de recursos*, observamos a necessidade de recursos para educação pública. Neste sentido, são divulgadas informações com dados estatísticos das despesas da união, pelos estados, municípios e Distrito Federal divulgando tanto os valores totais empreendidos, como as cifras despendidas por cada uma das unidades da federação. Ainda para reforçar o crescimento da educação nacional, compara os valores gastos em 1932 e 1940. Reforça a ampliação dos recursos, trazendo as cifras estatísticas despendidas por alguns estados, contudo ao demonstrar o que foi empregado no ensino primário e no ensino técnico profissional conclui que os recursos disponíveis ainda eram insuficientes para que todos os habitantes em idade própria estivessem matriculados em tempo devido.

Por fim, nas *Conclusões*, o autor exalta o fato de naquele momento histórico a expressão *educação nacional* possuir uma força e um sentido antes inexistentes. Explica também que a educação deveria ter um profundo cunho social que partisse da organização econômica, deixando claro que a educação do país deve ter suas bases na educação para o trabalho ao mesmo tempo em que evidencia que os recursos públicos serão conseguidos apenas se a educação servisse aos

incrementos da força de produção. Conclui, explorando o discurso da intencionalidade educacional para a construção da nação, citando o ministro Gustavo Capanema e de que o processo educativo serve à coesão social e respeito à personalidade humana.

O artigo *A coleta da estatística educacional* de autoria de Germano Jardim, encontra-se na seção *Ideias e Debates* e foi publicado no ano de 1944 na edição de n. 05, novembro. Nesta publicação são enfatizadas as etapas desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Saúde dentro do Serviço de Estatística da Educação e Saúde (SEES) na coleta das estatísticas nacionais, bem como destaca a importância do Convênio de 1931 que teve como objetivo sistematizar as estatísticas escolares a partir de 1932. O autor, Germano Jardim, descreve o procedimento de recolhimento dos dados informando suas várias etapas. A primeira delas ocorria com o envio dos *Questionários* aos setores dos estados responsáveis pelas estatísticas para que esses encaminhassem aos municípios. Nessa documentação eram fornecidos esclarecimentos preliminares sobre a finalidade dos formulários, bem como definições e instruções gerais.

Na segunda etapa, a *Tabulação e contribuições regionais*, as repartições responsáveis recolhiam os questionários classificando-os e codificando-os transcrevendo os algarismos dos quadros para tabelas. Conforme as informações do documento, existia na data de publicação do artigo 44 modelos de tabelas e quadros agrupados segundo as especificações do índice geral, e se dividiam em três partes: preliminar, geral e especial. O autor destaca que esses dados ao chegarem no SEES, antes de serem transportados para as tabelas sínteses e publicados de maneira definitiva passavam por metuculoso exame.

Chama atenção que em determinado momento do texto Germano Jardim faz um discurso de justificativa e defesa ao SEES no que concerne a este ser o detentor da revisão e padronização dos dados estatísticos enviados pelos estados, inclusive fazendo alusão ao Convênio de 1931 e do que neste foi estabelecido, trazendo para fortalecer seu discurso a legislação que regulamenta a colaboração dos sistemas estatístico-regionais com o federal.

A etapa seguinte dava-se por meio do *Cadastro*. Esse cadastro, segundo o autor, foi criado em 1931 e era alimentado todos os anos, não fazendo parte dele o ensino pré-primário e primário geral. Quando atualizado consignou para cada unidade federativa as características individuais de cada educandário (endereço, data de fundação, a finalidade dos cursos, dentre outros).

Em seguida ocorria *Distribuição e recolhimento dos questionários* expedidos em duas vias para cada estabelecimento de ensino. Segundo o texto, esse documento consiste em um boletim de informações com esclarecimento e notas de orientação. Neste documento existiam espaços para informações sobre caracterização do estabelecimento, organização, cursos ministrados. Essa

etapa ocorria no término do ano escolar e se finaliza no mês de março do ano seguinte para que a divulgação dos resultados acontecesse até 30 de setembro do mesmo ano.

A última etapa *Apuração e divulgação dos dados*, segundo o autor, acontecia após verificada fidedignidade dos formulários. Trata-se da codificação e transcrição dos dados para os quadros e da divulgação oficial. Neste momento, conforme afirma o texto, as sínteses eram publicadas pela SEES, Ministério da Educação e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O autor finaliza o texto informando que ao INEP era atribuída a responsabilidade de:

[...] análise minuciosa e a comparações sucessivas dos resultados dessas estatísticas, que interpreta para julgar das providências governamentais, da cooperação das entidades particulares, do tipo de organização e de administração mais convenientes, do valor dos próprios processos didáticos em uso [...] (JARDIM, 1944. p. 229).

Este artigo demonstra, por meio do discurso produzido, a ênfase dada às estatísticas educacionais neste momento histórico no qual os sistemas de ensino brasileiros, bem como a organização da educação nacional ainda estavam tomando forma. Neste sentido, podemos deduzir que ao se utilizar das estatísticas fazia-se uso de uma ferramenta que legitimava os discursos construídos.

Tomando a fala de Caldeira-Machado, Biccias e Faria Filho (2013), devemos compreender que a estatística dá aos discursos educacionais uma retórica científica. Segundo os autores, essa retórica se constrói não apenas pela mobilização dos números, mas pelos elementos que dão visibilidades a eles, ou seja, as tabelas, gráficos, imagens e etc., o que justifica a ação dos gestores sobre a realidade.

O Editorial *Ao findar o ano* foi publicado na edição 06 de 1944, dezembro. Neste editorial a revista expressa uma mensagem clara de que documentos como a escrituração escolar, os resumos estatísticos são sempre exatos são essenciais na documentação do trabalho docente, por exemplo, para corrigir os defeitos, bem como para tornar o trabalho docente inteligível, logo documentar é extremamente necessário. Compreendem que com essa documentação dos processos se poderia chegar a níveis seguros de indagação, possibilitando assim, a verdadeira pesquisa.

Essa documentação também serviria aos administradores escolares para elucidação de confrontos como os problemas da educação escolar. O Convênio Interestadual de Estatísticas Educacionais, segundo a revista, a cada ano reflete de forma mais fidedigna a vida dos estabelecimentos de ensino. Destacam a necessidade das unidades federativas praticarem o mesmo processo de verificação de rendimento escolar para que se possa ter conhecimento e corrigir os defeitos.

O texto *Igualdade de oportunidades* encontra-se na seção editorial da revista, e foi publicado no ano de 1946 na edição de número 22, entre os meses de maio e junho. Está organizado em um texto corrido, mas é possível identificar três parágrafos principais. O primeiro parágrafo aborda a existência de uma educação ideal, e o *papel da administração* nisso, já que recebem do povo o dever de defender os direitos e ajudar nas necessidades. Trazem questões como por exemplo da ampliação da rede escolar, reformas na educação e a falta da (boa) continuidade administrativa.

Já o segundo parágrafo traz relatos constitucionais que garantem tais direitos para a educação, como por exemplo a da *Constituição do Império* de 1824, garantindo aos cidadãos o direito de receber instrução primária, que deveria ser gratuita para todos. Também versa sobre a *Carta Política* de 1934, que abordou sobre a *educação e cultura*, e estabeleceu a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário abrindo caminhos para o ensino posterior.

Ainda nesse mesmo parágrafo, é relatado *questões históricas* acerca do desenvolvimento dos sistemas de educação, onde o *orçamento e a organização* se chocaram negativamente, por exemplo, o afastamento do Governo e do povo, o que refletiu automaticamente na educação da época. Por fim, verificamos que o sistema republicado encontrou uma herança econômica e organizacional não muito boa, encontrando *barreiras intraspansáveis* nessas áreas.

E no terceiro e último parágrafo é possível encontrar a organização dos serviços de *estatística educacional* em novas e promissoras bases, onde houve então uma saída da base do pensar otimista ou pessimista, e encontrou com dados realísticos, deixando mais de lado opiniões pessoais e trazendo mais *dados numéricos* acerca da situação dos alunos nas escolas. A partir dos resultados desses dados é afirmado que há uma insuficiência na rede escolar, e esse cenário precisa ser mudado, e um fator que será imprescindível nessa mudança é a *democracia*, considerando uma amplitude de possibilidades que podem auxiliar beneficentemente a sociedade.

O texto *Estrutura Administrativa e Técnica da Educação* trata-se de uma palestra de Lourenço Filho e encontra-se na seção *Ideias e Debates*. Faz parte da quadragésima sétima edição, publicada entre os meses de julho e setembro de 1952. Tem como objetivo abordar o problema das relações normais entre a estrutura administrativa e a estrutura técnica da educação.

Na introdução, aborda o uso da estrutura e da técnica funcionando em diversos âmbitos, mas em relação à educação surgem pontos mais negativos que positivos, segundo Lourenço isso se deve ao fato de que grandes mecanismos com grandes lacunas. Aborda-se então aspectos históricos do processo percorrido na educação, em relação aos serviços públicos e os fatores que afetam o mesmo. Um desses aspectos é não dar voz ao povo, e para isso mudar, foi feita pesquisas quantitativas evidenciando que o diálogo e a pesquisa são essenciais.

O restante do texto é dividido em 5 tópicos, sendo o primeiro intitulado como *Raízes do Problema* que abordou as relações normais entre estrutura administrativa e estrutura técnica da educação pública; o segundo, *Política de Educação*, relata sobre a crítica bem fundamentada que segue apenas em tese a política do poder emanando do povo; o terceiro *Pragmática da Educação* lembra ao leitor(a) que há implementações que visam manter os objetivos *nos trilhos*; o quarto, *Plano-Estatuto e Plano-Programa*, demonstra o uso de tais planos para ser um ponto de equilíbrio com os três poderes; e o quinto *Coerência entre a estrutura administrativa e Técnica* aborda sobre as duas estruturas citadas no próprio título e o que deve ser considerado ou não sobre as mesmas.

Os resultados acerca desses tópicos giram em torno de que: se deve estar constantemente reformando o ensino para chegar a algo definitivo; para se debater e solucionar o problema de todos, deve haver a participação de todos; às vezes muitas ações distanciam do verdadeiro e principal objetivo, que durante o texto é descrito como *pureza de regime*; retrata o processo de medir *prós e contras* nas ações federais, estaduais e municipais e aborda o intitulado *quarto poder*, o poder educacional; a união de diferentes estruturas geram choque entre a natureza-política e a natureza-social, pois naquele contexto era visto como algo rápido demais; há também relatos de conferências debatendo essas assuntos e os resultados.

Por fim, Lourenço Filho traz-nos em sua conclusão uma visão geral dos assuntos abordados anteriormente, sintetizando suas ideias de maneira que se destaquem afirmações sobre haver coerência entre as estruturas administrativa e técnica para que haja uma política educacional, que os aspectos essenciais da educação pública é de igualar o máximo possível as oportunidades de educação e que Diretrizes e Bases devem ser entendidas como fundamentos de algo geral, que é sensível a variação das necessidades do país.

Já na revista de edição 62 do ano de 1956 no volume 25, foi publicado o *Decreto n. 38.661* que aprovou o Regimento do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC). Este ato normativo é composto por vários tópicos que regem sobre as temáticas que organizam e tratam sobre a finalidade do SEEC e está dividido em oito capítulos na seguinte sequência: da finalidade, da organização, das competências e estrutura dos órgãos, das atribuições pessoais, da lotação, do horário, das substituições e disposições gerais. Para uma maior compreensão da legislação, iremos destacar alguns aspectos das finalidades e competências.

O SEEC foi criado pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937 sendo à época um órgão integrante do MEC, sob orientação do Conselho Nacional de Estatística (CNE), órgão do IBGE. As finalidades do SEEC eram levantar as estatísticas educacionais e culturais do país e promover a divulgação. No que concerne à organização, a secretaria era composta por: seção de

ensino primário (S.E.P.); seção de ensino extra-primário (S.E.E.); seção de estatísticas culturais (S.E.C.); seção de despesas com a cultura (S.D.C.); seção de apuração mecânica (S.A.M.); seção de estudos e análises (S.E.A.); seção de administração (S.A.) e; portaria.

Sobre as competências, o decreto normatiza individualmente por órgão, como exemplo, destacamos as do Ensino Primário que tinha como atribuições determinadas pelo Art. 8: cooperar com as repartições regionais, participantes do Convênio de Estatísticas Educacionais; observar e fazer observar as normas determinadas pelo Convênio; criticar as contribuições enviadas pelas repartições regionais, preparar e tabelar os resultados da estatística nacional em quadros; colaborar com o aperfeiçoamento ou a uniformização dos registros escolares relacionados com a estatística.

Por fim, evidenciamos que os demais capítulos tratam de temas de organização interna da SEEC não sendo objeto de estudo deste artigo, portanto não serão analisados.

O texto *O Ensino Médio no Brasil* foi publicado no volume 24, na revista de edição 80 do ano de 1960 e encontra-se na seção *Documentação*, no texto cujo título é: *informações do país*.

Este tópico aponta dados divulgados pelo Serviço de Estatística do Ministério da Educação e da Cultura referente às matrículas do ensino médio em 1959: 1.076.201 alunos foram computados, representando o dobro do total alcançado há dez anos.

Logo em seguida, este tópico apresenta-nos dados referentes à distribuição pelos cursos: secundário (73,8%), comercial (16%), normal (7,6%), industrial (2,1%) e agrícola (0,5%). Ao comparar estes dados com os de 1950, destaca-se o aumento percentual da distribuição pelos cursos: normal (144%), comercial (125%), secundário (95%), agrícola (27%) e industrial (15%).

Imediatamente, demonstra-se dados quanto à localização destes alunos: Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo concentram 681.500 alunos, representando 63,3% do total de alunos matriculados, já os 500.942 alunos restantes estão distribuídos pelos demais Estados e Territórios.

Pronta e finalmente, encontra-se dados sobre as unidades escolares responsáveis por atender esses índices: 6.348 unidades escolares, em que 67.214 professores lecionavam, sendo 42.300 particulares, 18.751 estaduais, 3.167 municipais e 2.996 federais.

Diante do exposto, mais uma vez podemos constatar a importância dada na REBEP às estatísticas educacionais, pois trazer os percentuais nos artigos, divulgá-los é a construção de um discurso que legitima as ações governamentais trazendo um aspecto de verdade absoluta acerca dos números.

Faria Filho, Neves e Caldeira (2005, p. 137) indicam que desde o século XIX algumas camadas das elites buscavam “condições de possibilidades de governabilidade, ou seja, a criação das condições não apenas de um Estado independente, mas, também, dotar esse Estado de condições de governo”.

O artigo *Antecedentes e primeiros tempos do INEP* foi publicado no volume 42, na edição de número 95 do ano de 1964, com autoria de Lourenço Filho e tem como objetivo historicizar a criação do INEP.

Na primeira parte do texto, o autor remonta aos tempos do império explicando que já existia nesse período a intenção de órgãos para estudo do ensino nacional. Em 1846 criou-se o Conselho Geral de Instrução Pública. Segue informando que com os pareceres produzidos pelo então deputado Ruy Barbosa foi criado o Museu Pedagógico sendo uma órgão não colegiado, mas que servia para documentar e difundir novas ideias sobre o ensino. Essa instituição tinha como referências experiências realizadas em alguns países da Europa como Hungria, Holanda, França, Bélgica, dentre outros.

Na república criou-se o órgão *Pedagogium* que teve uma breve existência prestando serviço de divulgar conhecimento sobre o ensino até 1919. Em 1911, foi criado o Conselho Superior do Ensino para questões do ensino secundário e superior, sendo transformado em 1923 no Conselho Nacional de Instrução e em 1931 no Conselho Nacional de Educação. Por fim, o autor traz à tona a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930.

Acerca da criação do INEP, o autor destaca que em 1936 o então Ministro Gustavo Capanema organizou o Departamento Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Educação que se intitulou Instituto Nacional de Pedagogia constituído pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 com a finalidade de realizar pesquisas sobre os problemas do ensino nos seus diferentes aspectos. Em 30 de julho de 1938, foi emitido o Decreto-lei nº 580 alterando a denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, neste mesmo documento também se ampliou as competências do órgão. As primeiras instalações ficavam em poucas salas do Edifício do Calabouço, onde funcionava o Museu Histórico Nacional.

O autor destaca que do pouco material disponibilizado pelo Ministério de Educação e Saúde ao INEP, a SEEC foi o órgão que forneceu a maior quantidade de material para estudo. Lourenço Filho afirma:

O Serviço de Estatística de Educação e Saúde, dirigido pelo grande brasileiro que foi Mário Augusto Teixeira de Freitas, do qual o INEP recebeu farto material para estudo, as contribuições que lhe puderam fornecer todas as demais repartições do Ministério foram muito escassas. Tal situação decorria da própria tradição dos serviços gerais do Ministério. Para alguns deles o pedido de material de estudo chegava mesmo a parecer

estranho, senão mesmo intromissão indébita nos "segredos" das repartições. (LOURENÇO FILHO, 1964, p. 13).

Havendo a necessidade de coletar e dispor material acerca dos problemas de ensino, teve como fonte, para além dos dados estatísticos, organizar uma coletânea geral da legislação sobre o ensino e educação, ao mesmo tempo em que publicava a bibliografia pedagógica brasileira, legislação estadual e estudos. Destaca dentre essas publicações editadas entre os anos de 1941 e 1942 a obra *A Instrução e a República* de autoria do Primitivo Moacyr e Rui Guimarães de Almeida.

Segundo o autor, foi a reconstituição desse material estatístico, legislativo e bibliográfico que começou a indicar as realidades da educação nacional. No artigo são citados ainda outras publicações como a síntese *Situação Geral do Ensino Primário e Administração dos Serviços de Educação* que foram essenciais para a compreensão da realidade educacional. Esses acontecimentos possibilitaram ao INEP mostrar a sua importância dentro do Ministério e também a deficiência dos quadros técnicos da educação em todo o país gerando demandas de estágios desses profissionais dentro do órgão.

Por fim, Lourenço Filho evidencia que o INEP teve grande importância para o desenvolvimento da educação brasileira. Segundo o autor “Um dos resultados dos trabalhos do INEP tem sido o de revelar consequências lógicas e naturais da ação política em matéria de educação, quer isso agrade ou desagrade” (LOURENÇO FILHO, 1964, p. 17). Finaliza enfatizando o discurso que com o passar do tempo o INEP levou à sociedade brasileira maior consciência de suas problemáticas.

Neste artigo se pode constatar a importância das estatísticas para a organização da educação nacional. Lourenço Filho destaca o quanto a SEEC forneceu dados estatísticos ao Ministério da Educação que serviu de base e referência para a criação dos sistemas educacionais brasileiros.

A publicação denominada *A Marcha do I Censo Escolar Nacional* encontra-se na seção Documentação no volume 42 na edição 96 do ano de 1964. Esse documento trata sobre o convênio de cooperação técnico-administrativa para a realização do Censo Escolar estabelecido entre o MEC e o IBGE. O Censo Escolar de 1964 contou com uma comissão na qual os membros foram indicados dois, pelo Ministro da Educação e Cultura, e, dois, pelo Presidente do IBGE, tendo como presidente o diretor do INEP.

Foram preparadas e distribuídos aos estados, Distrito Federal e municípios dez documentos básicos e treze de instruções que versavam sobre temas como: recrutamento, seleção e treinamento de recenseadores, coleta, apuração, revisão, correção de omissões; planos de

elaboração dos respectivos quadros territoriais e sua divisão em setores censitários; leitura e interpretação das descrições das fichas e dos mapas dos setores censitários; dentre outros temas.

O documento destaca que a formação das comissões nos entes federados ficou por conta de cada um deles, tendo esses autonomia para adotar ações de acordo com suas particularidades. O IBGE ficou responsável pela impressão dos formulários que seriam usados durante o recenseamento, dentre esses estavam citados como mais importantes o Boletim da Família e o Boletim do Prédio Escolar.

Com esse censo objetivou-se alcançar cerca de 300 milhões de sujeitos com idade de zero a quatorze anos de idade, o que correspondeu a aproximadamente 10 milhões de famílias. Por fim, o documento destaca que com o censo se conseguiria um retrato verdadeiro da situação escolar do país, possibilitando, assim o despertar nos governos e no povo a necessidade de implantar políticas que valorizassem o capital humano que é a primeira riqueza a ser posta a serviço do engrandecimento da nação.

Mais uma vez chamamos atenção ao discurso das estatísticas como um panorama verdadeiro da realidade, o que é um erro pois como já discutimos anteriormente, Besson (1995) explica que as estatísticas não podem ser tratadas como realidade ou como verdadeiras ou falsas, mas como conhecimento relativo.

O artigo *Planejamento e Execução do Censo Escolar* foi redigido por Virgílio Gualberto da Comissão Central do Censo Escolar e publicado no volume 44, na revista de edição 100 do ano de 1965 e encontra-se na seção Estudos e Debates. O objetivo geral deste artigo é reunir os elementos estatísticos indispensáveis aos governos da União, das Unidades Federadas e dos Municípios para revisão dos respectivos planos de desenvolvimento educacional e de cooperação interadministrativa e com isso acompanhar a efetividade das políticas públicas.

Os cinco membros da Comissão Central dirigiram e projetaram o 1º Censo Escolar do Brasil, realizado nos termos do Convênio firmado em 15 de junho de 1964 e pelo esforço solidário e conjunto do MEC e do IBGE; dois destes membros representam o MEC e dois o IBGE, sob a presidência do Diretor do INEP.

Este Censo foi capaz de reunir os elementos estatísticos indispensáveis aos governos da União, das Unidades Federadas e dos Municípios para elaboração ou revisão dos respectivos planos de desenvolvimento educacional e de cooperação interadministrativa, nos termos dos artigos 28 e 29 da LDB.

Os trabalhos da Comissão Central, nomeada por ato do ministro da educação e cultura, seriam realizados em equipe, em regime de dedicação plena e distribuídos por seus membros de acordo com a especialidade de cada um.

O Censo seria planejado de modo a assegurar o máximo de descentralização para as operações de coleta e apuração locais. Assim como, também ficou estabelecido que o Censo Escolar seria realizado com base no Quadro Administrativo (municípios e distritos) vigente a 1º de julho de 1964 e nos setores censitários, bem como deveria apoiar-se no professorado estadual e municipal.

Além de tudo, a Comissão Central decidiu fazer o Censo dos Prédios Escolares onde se ministra ensino primário, abrangendo cursos ministrados como o corpo docente que neles exerce atividade, tornando-se objeto de estudo sistemático.

Na seção *Órgãos de execução*, Gualberto explica que para execução do Censo em cada Unidade da Federação foram realizados Convênios Especiais com os respectivos governos, nos quais, para o bom funcionamento do Censo, estabeleceram-se normas gerais de trabalho e atividade mútua dos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os discursos produzidos sobre a organização das estatísticas educacionais na revista de estudos pedagógicos entre os anos de 1944 e 1965 possibilitou-nos verificar elementos importantes para o objetivo e as questões de pesquisa deste escrito.

Acerca das questões norteadoras nos indagamos: quais são as narrativas/discursos sobre as estatísticas educacionais na RBEP para o MEC/INEP? Ou ainda, como a revista apresentava os elementos organizacionais para a Estatística da Educação no âmbito do INEP?

Diante do exposto ao longo das análises que as narrativa e/ou discursos construídos acerca das estatísticas são na intenção de validar ações governamentais ou de possibilitar o direcionamento de tais ações. O estudo ao se debruçar sobre os fontes selecionadas diagnosticou que as estatísticas eram apresentadas como elemento de verdade e não como um conhecimento relativo, ao destacar as estatísticas educacionais, os autores as tomavam como uma verdade absoluta sem espaço de questionamentos, dúvidas e indagações.

Acerca da segunda questão, a apresentação dos elementos organizacionais no âmbito do INEP como extremamente importante, inclusive um aspecto relevante verificado é o fato da SEEC ter sido o órgão que mais colaborou para a organização do Ministério da Educação e

Saúde, possibilitando ao ministério supracitado um panorama geral da educação brasileira até aquele momento.

Concluimos também que ao ser criado o Convênio Interestadual de Estatísticas Educacionais em 1931 e o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC) responsável pelas estatísticas da educação em todo o país no Ministério da Educação e Saúde em 1937 se evidencia a importância da temática para a organização do ensino, bem como para melhor conhecer as nuances e especificidades de cada local. O convênio foi ferramenta de grande importância para um panorama geral da educação brasileira naquele momento histórico.

Assim, após análise e verificação dos dados da pesquisa, concluimos que as estatísticas foram de suma importância para a criação do sistema educacional brasileira, bem como o INEP, por meio da revista analisada, fazia uso das estatísticas como discursos legitimador de ações do governo.

REFERÊNCIAS

Atos Oficiais. Atos da Administração Federal. Decreto nº 38.661. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 62, p. 193, abr. - jun. 1956.

BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995.

BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 30 jul. 1938. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-6, jul. 1944.

CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria; BICCAS, Maurilane de Souza; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estatísticas educacionais e processo de escolarização no Brasil: implicações. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 2, p. 639-658, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/25031/13872>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CARLOS, Nara Lidiana S. Dias; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Análise epistemológica das estatísticas do Ensino de 2º Grau nas Mensagens Presidenciais ao Congresso Nacional (1971-1979). **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 19, p. e10801, dez. 2020. ISSN 2447-1801. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10801>>. Acesso em: 14 jan. 2022. doi:<https://doi.org/10.15628/rbept.2020.10801>.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como Criar e Classificar Categorias para fazer Análise de Conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016.

DESROSIÈRES, Alain. Entre a ciência universal e as tradições nacionais. In: Besson, Jean-Louis (org.). **A ilusão das estatísticas**. Trad. Emir Sader. São Paulo: UNESP, 1995. p. 167-183.

Documentação. A Marcha do I Censo Escolar Nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 96, p. 317-321, out. - dez. 1964.

Documentação. Informação do País. O Ensino Médio no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 80, p. 172, out. - dez. 1960.

Editorial. Ao findar o ano. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 337-338, dez. 1944.

Editorial. Igualdade de Oportunidades. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 3-6, maio-jun. 1946.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NEVES, Leonardo Santos; CALDEIRA, Sandra Maria. A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: aproximações. In: CANDEIAS, António (Coord.). Modernidade, educação e estatística na Ibero América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza. Lisboa: Educa, 2005. p. 219-238.

LOURENÇO FILHO. A Educação, problema nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, jul. 1944.

LOURENÇO FILHO. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 3-17, jul. - set. 1964.

LOURENÇO FILHO. Estrutura Administrativa e Técnica da Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 47, p. 50-68, jul. - set. 1952.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GUALBERTO, Virgílio. Planejamento e Execução do Censo Escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 221-239, out. - dez. 1965.

JARDIM, Germano. A coleta da estatística nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 221-230, nov. 1944.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-6, jul. 1944.